

2015-09-03 16:29:18

<http://justnews.pt/noticias/convencoes-de-endoscopia-gastroenterologica-a-exigencia-de-qualidade-e-seguranca>

Concurso público «põe em causa a qualidade dos atos endoscópicos praticados»

Em artigo publicado no Jornal Médico de setembro, editado pela Just News, José Cotter, presidente da Sociedade Portuguesa de Gastrenterologia, começa por sublinhar que a Endoscopia Digestiva "é uma tecnologia inerente à Gastrenterologia e cuja aprendizagem se faz apenas ao longo do internato desta especialidade. Por essa razão, apenas os gastroenterologistas são reconhecidamente aptos para efetuar endoscopias digestivas altas, colonoscopias e os restantes exames desta área tecnológica."

Desta forma, o presidente da SPG manifesta a sua preocupação pelo concurso público, que está a decorrer, para convenção com o SNS para realização de endoscopia gastroenterológica: "A este concurso preside um júri, nomeado pelo Ministério da Saúde, que integra elementos com formação administrativa, sem que, contudo, qualquer deles seja médico e, muito menos, com formação na área da Gastrenterologia".

Dirigir unidades muito especializadas "sem qualquer formação gastroenterológica ou endoscópica"

Na sua opinião, tal suscita problemas, desde logo, no âmbito dos esclarecimentos preliminares de perguntas e respostas: "Porque, simplesmente, o júri não tem formação técnica para, de forma competente, poder dar respostas claras e perentórias a algumas questões. Como aconteceu, por exemplo, quando se teve de pronunciar sobre quem poderia ser diretor técnico de cada unidade concorrente, em que a resposta fornecida foi dúbia, nebulosa, pouco clara, talvez propositadamente."

Tal originou que aparecessem propostas de entidades concorrentes "apresentando potenciais diretores técnicos de especialidades que nada se relacionam com a Gastrenterologia e com a Endoscopia Digestiva, como sejam radiologistas e outras especialidades". Na realidade, acrescenta, "trata-se de médicos que não têm qualquer formação gastroenterológica ou endoscópica, mas que são propostos para dirigir unidades muito especializadas, ainda que, por vezes, nunca tenham sequer assistido a um exame deste tipo. Perante a aparente passividade do júri e, em última instância, do Ministério da Saúde!"



Está em causa a "segurança dos cidadãos"

Para o presidente da SPG, "as consequências são óbvias: está completamente posta em causa a qualidade dos atos endoscópicos praticados e, pior ainda, a segurança dos cidadãos submetidos a atos endoscópicos nessas unidades".

Assim, e salientando que a SPG "pugna pela qualidade dos atos gastroenterológicos praticados no nosso país e se preocupa com a segurança dos cuidados prestados aos cidadãos", José Cotter afirma:

"Não se pode permitir que, em nome de eventuais objetivos políticos que apenas pretenderão, em período eleitoral, transmitir a ideia de que se consegue dar resposta a problemas antigos muito mediatizados relacionados com a acessibilidade às colonoscopias (efetivamente circunscritos à região da Grande Lisboa e pouco mais) se possa pôr em causa a qualidade da Endoscopia Digestiva nacional e a segurança com que é praticada, pelo facto de não ser exigível que a direção das unidades de Endoscopia Digestiva não seja ocupada por médicos especializados em área tão específica, nomeadamente gastroenterologistas."



A versão completa do artigo de José Cotter pode ser lida na edição de setembro do Jornal Médico, publicação da Just News.